

ATUAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES DE AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO SUDOESTE BAIANO FRENTE ÀS QUESTÕES AMBIENTAIS

Jamily da Silva. Fernandes^{1*}, Valdemiro Conceição Júnior², Beatriz Souza Coelho³, Mateus Mendes Caetano¹

1. Estudante de IC do Curso de Engenharia Florestal da UESB
2. Professor, Dr. do Departamento de Fitotecnia e Zootecnia da UESB/ Orientador
3. Estudante de IC do Curso de Engenharia Agrônômica da UESB

Resumo:

O estudo buscou conhecer a atuação de associações de agricultores familiares diante das problemáticas ambientais em quatro municípios do Território Sudoeste Baiano. Optou-se pelo emprego de entrevistas e questionários semiestruturados para coleta de dados, cujas respostas foram tabuladas para posterior análise quali-quantitativa. Percebeu-se que as questões voltadas à preservação ambiental têm pouco destaque dentro das associações, o foco principal são as questões produtivas e estruturais das localidades. As ações voltadas para conscientização ambiental quando existem se resumem em palestras e orientações passadas durante as reuniões. A realização de derrubada das matas, de queimadas e a utilização de lenha retiradas das propriedades são práticas frequentes nas comunidades, bem como a destinação incorreta do lixo doméstico e embalagens de produtos agrícolas. Assim, conclui-se que associações estudadas têm poucas e pontuais ações voltadas para conscientização e preservação ambiental.

Autorização legal: Trabalho Aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (CEP-UESB) sob o nº de aprovação 29872214.8.0000.0055 (CAAE).

Palavras-chave: Associativismo, desenvolvimento sustentável, organização rural.

Apoio financeiro: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB).

Trabalho selecionado para a JNIC pela instituição: UESB

Introdução:

A agricultura familiar é um setor estratégico para a manutenção e recuperação do emprego no campo, para redistribuição da renda e para a construção do desenvolvimento sustentável no estado da Bahia. Santos et al. (2014) definiram que a agricultura familiar consiste em uma prática de agricultura baseada na propriedade dos meios de produção, envolvendo a participação de toda a família, além de ser desenvolvida no próprio local de moradia dos agricultores/agricultoras. De acordo com Brasil (2011), a Bahia é o estado com o maior número de agricultores familiares do país, com 665.831 estabelecimentos. Não destoando da realidade do estado, no Território Sudoeste Baiano, também é observada a presença significativa de agricultores familiares, sendo que em alguns destes municípios as populações rurais são maiores do que as urbanas.

Dentro desta realidade do território, muito voltada para o rural, Conceição Júnior et al. (2013), evidenciaram que a organização é um dos maiores entraves, com reflexos diretos para os agricultores, traduzidos geralmente na menor eficiência dos aspectos produtivos e de comercialização. Nesse sentido, os movimentos associativistas e cooperativistas, bem como os conselhos e sindicatos, desempenham importante papel para o desenvolvimento da agricultura, sobretudo à familiar. Dentre as formas de organizativas onde comumente estes grupos de agricultores estão inseridos destaca-se as associações, são através delas que este público consegue representatividade na busca por melhorias.

Atualmente a preocupação com o meio ambiente e com o uso sustentável dos recursos naturais passou a fazer parte das discussões dessas organizações, em parte devido aos impactos causados pelo homem estarem tomando proporções significativas sobre o potencial produtivo e pela necessidade de trabalhar os recursos existentes de forma sustentável, a fim de garantir seu uso por mais tempo. Santos et al. (2010) destacaram ser imprescindível que os agricultores tomem conhecimento da tamanha responsabilidade que tem na mudança de paradigma de desenvolvimento, visto que suas práticas afetam diretamente o meio ambiente, de modo que suas ações devem estar pautada nos princípios da sustentabilidade, a fim de alcançar o desenvolvimento rural sustentável.

Neste contexto, o presente estudo buscou analisar a atuação de associações de agricultores familiares diante das problemáticas ambientais em quatro municípios do Território Sudoeste Baiano.

Metodologia:

O estudo foi realizado nas associações de Água Preta, Assentamento Cangussu, Calos Myller e Gameleira, pertencentes aos municípios de Encruzilhada, Barra do Choça, Tremedal e Anagé respectivamente. Estes municípios estão situados no Território Sudoeste Baiano.

O desenvolvimento da pesquisa deu-se por meio de entrevistas e aplicação de questionários a membros das diretorias das associações e demais associados, fazendo-se uso de um termo de consentimento livre e esclarecido aprovado pelo comitê de ética, lido e explicado aos participantes antes de sua realização.

Os questionários foram elaborados baseando-se na metodologia Análise Diagnósticos de Sistemas Agrários, descrita por Garcia Filho (1999). A aplicação dos questionários e entrevistas foram em visitas de campo, o que permitiu a construção de um melhor diagnóstico da realidade local, através da leitura de paisagem e observação sistemática da realidade local.

As informações coletadas foram transcritas para um banco de dados e processadas através de planilha eletrônica do Microsoft Excel. Posteriormente, procedeu-se as análises quantitativa e qualitativas para permitir adequadas inferências sobre a questão em estudo.

Resultados e Discussão:

As associações de agricultores familiares estudadas apesar de estarem situadas em municípios diferentes apresentaram características semelhantes, tais como: forma de organização, modo de atuação, objetivos e a visão dos associados sobre os temas abordados. As quatro associações mantêm a periodicidade de uma reunião mensal.

Quando questionados sobre os motivos que os levaram a ingressar nas associações, e o que estas representam para suas comunidades, os agricultores relataram ter sido a busca por benefícios e a melhoria das comunidades onde vivem. Essa situação também foi observada por Carvalho et al. (2014) em estudo realizado em associações quilombolas do mesmo território. Ainda sobre a visão dos agricultores as associações representam para as comunidades importantes vetores de melhorias e informação, uma vez que através dessas tem-se alcançado vários benefícios coletivos, como cisternas de produção e consumo, doação de sementes, trator agrícola e energia elétrica.

Foi percebido que as questões voltadas à preservação ambiental têm pouco destaque dentro das associações, já que o foco principal está nas questões produtivas e estruturais das localidades. As ações voltadas para a conscientização ambiental quando existem se resumem em palestras e orientações passadas durante as reuniões mensais, sendo elas basicamente sobre os riscos do uso de agrotóxicos, desmatamento e proteção de nascentes. Foi relatado pelos associados à necessidade da realização de mais ações, como oficinas, cursos e assistência técnica voltadas para essas questões de modo que as informações possam alcançar a comunidade como um todo.

Questionados sobre os principais problemas ambientais observados nas localidades, foram citados: desmatamento, realização de queimadas, má destinação do lixo doméstico e o uso inadequado de agrotóxicos. Em relação a mudanças no clima e no meio ambiente, os moradores citaram ter observado consequências como: a escassez e irregularidades no ciclo das chuvas, temperaturas mais altas, solos mais pobres e o desaparecimento de alguns animais antes frequentes nas regiões.

Em se tratando da derrubada de matas e a utilização de queimadas para a implantação de cultivos, ou pastagens para a criação de animais, notou-se que esta ainda é uma prática frequente, pois 56% dos agricultores visitados afirmaram realizar tais práticas. A utilização de lenha como fonte de energia para cocção de alimentos também ainda é muito comum, relatado por 72% dos entrevistados, sendo está lenha retirada de suas propriedades. De acordo com Specht (2012), o uso da lenha como combustível doméstico está normalmente associado a três principais aspectos negativos, sendo eles: danos devido à extração de madeira nas florestas, quando a lenha é proveniente de vegetação nativa, proporcionando a abertura de trilhas e clareiras artificiais e remoção de biomassa florestal. O segundo está relacionado aos danos na saúde dos usuários deste combustível, uma vez que o uso da lenha ocorre normalmente em fogões tradicionais que lançam muita fumaça no interior das residências, e o terceiro ao fato de que o uso de madeira como combustível doméstico é responsável por uma parte significativa das emissões de gases que proporcionam o efeito estufa. Apesar de muitas vezes terem consciência das consequências da extração e uso da lenha, na grande maioria dos casos essa apresenta ser a única opção viável para esses agricultores, tendo em vista a utilização de outra fonte de energia acarretaria em custos que não cabem no orçamento dos agricultores.

No que se refere ao lixo doméstico alguns avanços foram alcançados, nas Associações do Assentamento Cangussu, Calos Myller e Gameleira, como a realização da coleta ao menos uma vez por semana, mas ainda é comum o descarte inadequado, geralmente em buracos feitos próximos as residências com posterior queima a céu aberto. O mesmo procedimento foi constatado por Ramalho (2014), em estudo realizado no Território Litoral Sul, esse autor ainda ressalta que o descarte de lixo próximo a residências pode causar a proliferação de pragas e insetos, que podem vir a serem vetores de graves doenças. Outro fator agravante é ser dada a mesma destinação às embalagens de agrotóxico, segundo os 14% dos agricultores que afirmaram usar esses produtos.

Conclusões:

As associações estudadas têm poucas e pontuais ações voltadas para conscientização e preservação ambiental. Os agricultores familiares por falta de orientação, ou necessidade, ainda adotam muitas práticas dentro de suas propriedades que fazem o caminho inverso da preservação ambiental e do desenvolvimento rural sustentável. Sendo necessário, portanto maior engajamento dessas organizações no sentido de promover o desenvolvimento das comunidades em questão de forma mais sustentável.

Referências bibliográficas

BRASIL – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). BA: agricultores familiares apresentam alimentos a hotéis de luxo. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 24 nov 2011. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/>> Acesso em: 25 ago 2016.

CARVALHO, F. D. ; CONCEIÇÃO JÚNIOR, V. ; FERNANDES, J. S. . O Papel das Associações Quilombolas no acesso às políticas públicas no Território de Vitória da Conquista Bahia.. In: III Simpósio Regional de Desenvolvimento Rural: políticas públicas e pobreza rural no Nordeste, 2014, Itabaiana. UFS, 2014. v. 3.

CONCEIÇÃO JUNIOR, V.; BRITO, I. P. F. S; DANTAS, E. S. Organização Socioprodutiva: impactos da implantação de cooperativas de agricultores familiares no território de Vitoria da conquista, na Bahia. Bahia Análise e Dados. Salvador, 2013; v.23, n1, p. 233 – 278, 2013.

GARCIA FILHO, D. P. Análise e Diagnóstico de Sistemas Agrários - Guia Metodológico. INCRA/FAO, 1999.65 p.

RAMALHO, A. R. S. Diagnóstico Ambiental e Produtivo de Comunidades Rurais do Município de Una da Região Sul da Bahia. Itapetinga: UESB, 2014. 76p (Dissertação – Mestrado em Ciências Ambientais).

SANTOS, C. F.; SIQUEIRA, E. S. ; ARAÚJO, I. T. ; MAIA, Z. M. G.. A agroecologia como perspectiva de sustentabilidade na agricultura familiar. Ambiente e Sociedade (Campinas), v. XVII, p. 33-52, 2014.

SPECHT, M. J. S.. Uso de lenha como combustível doméstico: padrões, impactos e perspectivas futuras para conservação da floresta atlântica ao norte do Rio São Francisco. Recife: UFP, 2012. 68 p (Dissertação – Mestrado em Biologia Vegetal).